

ATA DA 31ª (TRIGÉSIMA PRIMEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª (TERCEIRA) SESSÃO LEGISLATIVA DA LEGISLATURA 2017/2020, realizada no dia oito de outubro de dois mil e dezenove, sob a presidência do Sr. Ver. Florisvaldo José de Souza. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou, em nome de Deus, aberta esta reunião às dezenove horas e dez minutos. Foi executado o Hino de Patrocínio. A mensagem bíblica foi lida pelo Sr. Ver. Joel da Silva Carvalho. Estavam presentes, na primeira chamada, os (as) Srs. (as) Vereadores (as): Adriana Fátima de Paula Magalhães; Alexandre Vitor Castro da Cruz (Prof.); Carlos Alberto Silva (Carlão); Joel da Silva Carvalho; José de Arimatéia Neves; José Roberto dos Santos (Salitre); Marcilene Jacinto Queiroz; Neuza Mendes; Paulo Roberto dos Santos (Panxita); Roberto Margari de Souza; Ricardo Antoni Rodrigues (Balila), Rogério Moreira Silva (Rogério Nelis) e Thiago Oliveira Malagoli. Foi justificada a ausência da vereadora Raquel Aparecida Rezende Moraes. A Ata da 30ª (Trigésima) Reunião Ordinária da 3ª (Terceira) Sessão Legislativa da Legislatura 2017/2020 foi aprovada por unanimidade. Não houve leitura de correspondências. A Sra. Ver.ª Dra. Neusa Mendes requereu, como Líder do Governo, a votação em Regime de Urgência, do **Processos de Lei nº Processo de Lei nº 391/2019** – Denomina o logradouro público que especifica e dá outras providências. (autor: Prefeito Municipal). Requerimento APROVADO por unanimidade. Foram apresentados, sem discussões, e encaminhados à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para a emissão dos devidos pareceres, os seguintes processos: **Processo de Lei nº 392/2019 (PL nº 46/2019)** – Estabelece proposta orçamentária, estimando a receita e fixando a despesa do Município de Patrocínio para o exercício de 2020 (autor: Prefeito Municipal); **Processo de Lei nº 393/2019** – Institui o âmbito do Município de Patrocínio o Programa “Adote uma Escola” (autor: Ver. Ricardo Balila); **Processo de Lei nº 394/2019 (PL nº 45/2019)** – Altera os parágrafos 1º e 2º do art. 3º da Lei 5.126/2019 que autoriza o Poder Executivo a alienar imóvel pertencente ao patrimônio municipal, e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal); **Processo de Lei nº 395/2019** – Denomina de “José Gerônimo Filho” a Unidade Básica de Saúde do Distrito de Salitre de Minas, em Patrocínio/MG (autora: Vereadora Adriana de Paula); **Processo de Lei nº 396/2019** – Denomina de “Divino dos Reis Nunes” o Centro de Educação Infantil na comunidade de Martins (Córrego Feio), em Patrocínio/MG (autora: Vereadora Adriana de Paula); **Processo de Lei nº 397/2019** – Dispõe sobre a aplicação e regulamentação do Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD no Município de Patrocínio e institui o programa como Política Pública de Prevenção às Drogas e a Violência. (autor: Prof. Alexandre Vitor C. da Cruz); **Processo de Decreto Legislativo nº 162/2019** – Concede Título de Cidadão Honorário ao Pastor Izaías José de Souza Filho (autor: Vereador Roberto Margari). **ORDEM DO DIA. 2ª (SEGUNDA) DISCUSSÃO, VOTAÇÃO E REDAÇÃO FINAL. Substitutivo ao Processo de Lei nº 260/2019** – Denomina de “Neuza Maria Guimarães de Moura” a quadra esportiva da Escola Municipal Dona Mulata, em Patrocínio-MG (autora: Vereadora Adriana de Paula). **Processo APROVADO por unanimidade. Processo de Decreto Legislativo nº 157/2019** – Concede Título de Cidadã Benemérita de Patrocínio, a Sra. Ilda Ribeiro Peliz (autor: Ver. Thiago Malagoli). **Processo APROVADO por unanimidade. 1ª (PRIMEIRA) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. Processos de Lei nº Processo de Lei nº 391/2019** – Denomina o logradouro público que especifica e dá outras providências. (autor: Prefeito Municipal). Em regime de urgência. **Pareceres** pela tramitação. **Processo APROVADO por unanimidade. Processo de Decreto Legislativo nº 161/2019**

– Concede Título de Cidadão Honorário ao senhor José Carlos. **Pareceres** pela tramitação. **Processo** APROVADO por unanimidade. **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICA.** Foram APROVADAS, em bloco e por unanimidade, as seguintes INDICAÇÕES: De autoria do Sr. Ver. Ricardo Balila: nº **1317/2019**, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando o término do recapeamento da Rua Ramiro Gonçalves dos Reis nas proximidades dos números 460 a 547, no bairro Boa Esperança; nº **1318/2019**, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a reforma e pintura das faixas de pedestres e sinalização do bairro Matinha; nº **1324/2019**, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando uma academia ao ar livre no bairro Belvedere; nº **1325/2019**, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando um redutor de velocidade na av. Rui Barbosa, nº 1816. De autoria do Sr. Ver. Thiago Malagoli: nº **1319/2019**, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a realização de melhorias e a resolução da falta de água da comunidade rural de Córrego Feio; nº **1320/2019**, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a realização de melhorias na parte anterior da Policlínica, em frente à entrada secundária do Mercado Municipal. De autoria do Sr. Ver. José de Arimatéia Neves: nº **1321/2019**, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a construção de um aterro de resíduos da construção civil e a compra de maquinário a serem utilizados no mesmo; nº **1322/2019**, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a construção de um aterro sanitário com esquema de reciclagem em substituição ao lixão a céu aberto já existente; nº **1323/2019**, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a extinção do lixão a céu aberto. De autoria da Sr.ª Ver.ª Marcilene Jacintou: nº **1326/2019**, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando uma parceria junto à Mitra Diocesana de Patos de Minas para aquisição de um terreno através de comodato para construção de CEIM em Martins. O Sr. Ver. Ricardo Balila disse que tem tentado resolver as demandas dos bairros cujos moradores solicitam seu apoio; que aguarda do Prefeito o atendimento de suas reivindicações objeto das Indicações de sua autoria. O Sr. Ver. José de Arimatéia Neves disse que após a saúde a prioridade pública deveria ser o cuidado com o lixão e a água; que a cidade está mais bonita, mas o lixão cada vez pior e com condições subumanas; que deveriam fazer um aterro sanitário adequado; que enquanto todos se preocupam com o clima o país vem poluindo; que a arrecadação municipal só aumenta, logo há recurso a ser investido em saúde; que o lixão contamina os lençóis freáticos; que há boas propostas acerca de reciclagem dos materiais advindos da construção civil; que para lutar por esta causa está junto com o governo; que a imprensa não mostra qual a real situação do lixão. O Sr. Presidente disse que a situação do lixão e das pessoas que lá vivem é realmente caótica; que já questionou tanto o Prefeito quanto o Secretário de Meio Ambiente; que foi informado de que há uma licitação sendo feita. O Sr. Ver. Rogério Nelis disse que gostaria de assinar a Indicação junto com o vereador José de Arimatéia, uma vez que já havia apresentado Indicação no mesmo teor e que essa já é uma luta sua. O Sr. Ver. Roberto Margari disse que também já procurou a Secretaria de Meio Ambiente; que a licença prévia já está aprovada; que o verdadeiro aterro será construído a 15 km do município rumo a Perdizes (MG 462); que a Licença Prévia é a nº 174/2019 e o Processo é o nº 9330/2019; que a Administração tem tido o cuidado de seguir os trâmites legais; que há várias empresas interessadas em fazer a reciclagem do lixo advindo da construção civil. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que a existência do lixão é realmente vergonhosa; que a arrecadação municipal é absurda, logo deve fazer muito mais; que é preciso olhar a legislação orçamentária a fim de ver para onde o dinheiro

do povo tem sido utilizado; que o vereador tem de fiscalizar o Prefeito, não correr atrás de recapeamento; que o comércio tem sido crucificado; que em 3 (três) anos a arrecadação foi triplicada; que recapear é obrigação do Executivo, não precisa exaltar. O Sr. Ver. Ricardo Balila disse que além de fiscalizar e fazer leis o vereador deve ver junto ao povo quais suas necessidades; que ao fazer vídeos todos fizeram como ele, até o vereador Ari; que o Prefeito precisa mesmo tomar providências urgentes quanto ao lixão; que as pessoas não prestam atenção àquilo que não faz vista; que o Pronto Socorro está sendo construído com recursos próprios do município; que o valor arrecadado está sendo investido nas estradas rurais, nas av. João Alves do Nascimento e na amortização de dívidas, dentre outros benefícios. Foram APROVADAS, por unanimidade, as seguintes MOÇÕES DE APLAUSOS: De autoria da Sr.ª Ver. Marcilene Jacinto: nº 445/2019, ao professor Adailton Ferreira Sales. De autoria da Sr.ª Ver.ª Neusa Mendes: nº 446/2019, à sociedade São Vicente de Paulo através de seu Presidente Sinval Vaz de Oliveira. **GRANDE EXPEDIENTE.** O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que nesta Casa “desconversam” o que é dito; que o Pronto Socorro está sendo construído com recursos próprios, mas que não mencionam que o governo deixou R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais) serem devolvidos para o Estado; que não é normal sair de uma arrecadação de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) para R\$ 390.000.000,00 (trezentos e noventa milhões de reais); que o dinheiro está sumindo da cidade; que a avenida tem de ser feita com recursos próprios também ao invés de vender patrimônio público; que a av. João Alves está do mesmo jeito; que multas continuam sendo aplicadas, mas que não se sabe para onde o dinheiro vai; que creches foram construídas pelo governo anterior, não por esse; que tem novidades como R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) para a Santa Casa e outros 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) para aquisição de equipamento médico que favorecerá também cidades no entorno de Patrocínio; que pegou diária, mas para trazer esses recursos para o município. O **Sr. Clênio José da Silva** veio falar sobre acessibilidade, reforma de patrimônio e trânsito dizendo que a Lei Orgânica determina que é competência desta Casa fiscalizar o Executivo; que todos os dias com a chegada das contas vê aumentos; que não quer somente ver “maquiagem”, mas algo permanente; que rampas de acesso têm sido feitas, mas não há local adequado para os cadeirantes andarem; que as obras são necessárias em todos os bairros, não só no centro; que cadeirantes moradores da av. Odir Aleixo reclamam da dificuldade de circulação na localidade; que tem percebido que árvores têm impedido a visibilidade adequada nos cruzamentos das ruas; que veio reforçar pedidos já feitos aqui em outras reuniões; que muito tem piorado ao invés de melhorar; que materiais têm sido gasto desnecessariamente; que a cobrança é para os vereadores, porque o Prefeito sozinho nada faz; que apenas 3 (três) vereadores brigaram contra o aumento de imposto; que se questiona se as condições do Pronto Socorro serão suficientes até o término da construção do novo PS; que escolheram uma nova Administração por quererem novidade em todos os anos, não só no final de mandato; que não querem ficar vendo brigas; que querem saber o que, de fato, tem sido feito com a arrecadação; que o município precisa de empregos e querem saber o que está sendo feito para a vinda de empresas; que no terreno da antiga rodoviária poderia ser feito um Terminal do Trabalhador e/ou uma Escola Profissionalizante; que Patrocínio já foi considerada a 2ª melhor cidade para se viver no país, sendo a 1ª do Estado; que hoje é a 8ª; que agradecia a oportunidade de falar nesta Casa; que

colocaram representantes nesta Casa não para ficarem ouvir gritaria; que esperam que o clamor do voto nas urnas seja ouvido com a vistoria de tudo que tem sido feito pela Prefeitura; que a população está desacreditada. O Sr. Ver. Roberto Margari disse que a população precisa estar ciente de vários feitos desta Administração; que a sinalização em preferência aos pedestres tem sido contemplada; que passagens elevadas nunca foram vistas no município; que estradas rurais com pontes de concreto construídas são facilmente percebidas; que em 32 (trinta e dois) anos de serviço público já viu “lavagem de dinheiro” com recapeamento, que entupia bueiros; que vários semáforos foram instalados dando condições adequadas aos pedestres; que houve diminuição dos acidentes em cruzamentos, inclusive aqueles com vítimas fatais; que “tapa buraco” como antigamente não está mais sendo feito, ao contrário tem ocorrido o recapeamento das ruas; que a rodoviária era utilizada como ponto de tráfico de drogas e prostituição; que hoje foi feita reforma geral dando segurança à população em parceria às polícias; que a Secretaria de Trânsito tem condições para atender as reivindicações do povo; que antes não havia nem bancos nem cobertura nos pontos de ônibus; que há várias faixas de pedestres, o que não era visto no passado; que a partir de hoje podemos ter um trânsito seguro; que há mais para ser feito e será; que os recursos para tanto advêm da arrecadação; que agora é preciso zelar pelo que tem sido construído; que é defensor do cumprimento das leis. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que a prostituição e as drogas no entorno da rodoviária não acabou; que passa no local constantemente; que próximo ao DAEPA tem tido vários acidentes ultimamente, o que não acontecia; que não está aqui para mentir; que o trânsito se transformou em um caos; que o engenheiro de trânsito tem colocado “proibido estacionar” em lugares improváveis; que o comércio acabará parando; que haja dinheiro para tanto recapeamento, que talvez seja “lavagem de dinheiro” também assim como mencionaram sobre quando “tapavam buracos” no passado; que os acidentes não diminuíram; que hoje viu 3 (três) guardas multando na porta da Santa Casa; que o mínimo que se pode pagar no local para estacionar são 2 (duas) horas por ser zona vermelha, mesmo que vá permanecer somente 15 (quinze) minutos; que o Secretário de Trânsito faz o que quer e não ouve opiniões; que as pessoas agora precisam andar muito mais para fazer retornos, o que tem aumentado o gasto com gasolina; que estão aqui para ouvir as reclamações do povo com apontamentos do que está errado. O Sr. Ver. Thiago Malagoli disse que tem dito sobre a Câmara precisar refletir; que foi eleito na base do Prefeito Deiró com orgulho, mas que o trabalho do vereador é legislar, fiscalizar e reivindicar; que concorda sobre as melhorias mencionadas pelo vereador Balila; que o vereador Margari falou sobre o que precisa ser feito, mas que o que precisa ser feito é obrigação da Administração e desta Casa; que agora precisa é melhorar ainda mais; que é preciso reivindicar isenção de impostos ou doação de lotes para que as empresas venham gerar renda e empregos; que o vereador tem muita força e não precisa ter medo por seus posicionamentos; que 15 (quinze) vereadores estão representando 90.000 (noventa mil) pessoas; que tem feito cobranças no que precisa melhorar; que o Ministério Público ingressou com ação civil pública contra esta Casa acerca de várias medidas que precisam ser tomadas quanto ao Portal da Transparência; que o Supremo Tribunal Federal concedeu na semana passada benefício de 40% (quarenta por cento) para a construção civil no que se refere a materiais; que esta Casa “cortou”, mas o vereador Margari disse que a Câmara estava beneficiando a população; que na semana seguinte através de emenda

passou para 3,33% (três inteiros e trinta e três décimos por cento) sobre a base de cálculo, não alíquota; que o vereador continuou dizendo ser benéfico para a comunidade; que se questiona como pode ser benefício se a Câmara “corta”, apesar do próprio STF concede como incentivo; que continuará com suas posições apesar das perseguições e restrições; que o poder emana do povo; que esta Casa terá uma reflexão através das urnas no próximo ano; que o que o Prefeito faz é mérito dele, das Secretarias e dos servidores, não precisa ser dito aqui; que o Pronto Socorro está com poucos médicos e é preciso descobrir o motivo; que o acompanhante do SUS não tem direito a comer nem o “pãozinho” oferecido ao paciente; que isso é humanização; que hoje a Prefeitura tem as certidões em dia podendo receber os recursos, mas que muito ainda precisa ser feito, não podendo esta Casa ser omissa; que não precisam “bater palmas” para o Executivo; que o vereador precisa reivindicar senão não há motivo para esta aqui; que questiona o vereador qual o benefício que a Câmara está dando quanto ao imposto; que o benefício dada pelo STF foi “cortado”; que esta Casa deve propor medidas adequadas ao Ministério Público, visto ser inadmissível ter problemas com o Portal da Transparência por ausência de postura; que no seu mandato enfrentou denúncias, mas fez os Termos de Ajuste de Conduta; que isso vem desde seu mandato, mas que informava a promotoria e que tudo constava no Portal da Transparência; que o contador continua o mesmo; que com dinheiro público é preciso dar transparência. O Sr. Presidente disse que a demanda era de 2017, época do vereador Thiago; que já se converteu em ação civil pública; que a Câmara não foi citada, mas assim mesmo o Portal já está sendo adequado à legislação; que o Ministério Público vem fazendo isso em todas as cidade, sendo que o Estado é o foco; que a Assessoria Jurídica já tomou providências junto ao Ministério Público. O Sr. Ver. Thiago Malagoli disse que recebeu o ofício em 2017 e fez o devido encaminhamento; que teve 150 (cento e cinquenta) denúncias na Câmara, mas nunca respondeu uma ação civil pública; que a ação é deste ano por omissão; que a Assessoria Jurídica foi escolhida por ele e é espetacular; que a Dr.^a Sandra mencionou omissão; que no seu mandato tudo era colocado no Portal da Transparência; que no seu mandato colocou as licitações ao vivo, como determina que seja feito o projeto que tramita na Câmara dos Deputados; que o Presidente tirou estas filmagens hoje; que se o projeto for sancionado o prazo será de 2 (dois) anos para que todas as licitações dos órgãos públicos sejam transmitidas ao vivo. O Sr. Ver. Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz disse que o projeto da lei orçamentária chegou para ser analisado e nele constam os percentuais legais sendo respeitados, embora uns a mais e outros a menos; que se se tratar de uma compensação entende que a mesma precisa ser autorizada; que houve um elevado número de impostos; que incentivos para pequenos empresários acabaram; que se questiona se o setor produtivo do município está satisfeito com a atual gestão; que ontem uma colaboradora da Rizzo Park tirou fotos de uma placa de carro, mas que sabe que somente o agente de trânsito pode multar; que, então, ela não possui interesse para tal; que o IPSEM há alguns anos possui financiamentos em dia; que o Instituto de Previdência com relação aos servidores efetivos advindos do concurso de 2010 é superavitário; que os poucos servidores já efetivos antes desta data é que precisavam de suporte financeiro que foi dado pelo Prefeito; que, então, desde 2011 o IPSEM é superavitário, tendo vida útil por muitos anos; que quanto à Educação só foram feitas pinturas e acréscimo de salas; que a construção de 3 (três) Centros de Educação Infantil foi realizada na gestão passada, mesmo que financiados

pelo governo federal; que estão sendo feitas críticas quanto à transparência da gestão anterior, mas que esta, inclusive, foi premiada pela ODM Brasil por um projeto referente ao Centro Multidisciplinar de Atendimento Educacional Especializado; que já havia sugerido no início do mandato que as salas do Colégio Olímpico poderiam ser aproveitadas para serem ministrados cursos profissionalizantes e/ou cursinhos gratuitos; que na gestão anterior se um quebra-mola fosse construído a imprensa criticava; que hoje há em vários locais; que nas cidades desenvolvidas o investimento inicial é na educação do trânsito, não na construção de quebra-molas; que todos somos “Patrocínio” e queremos o desenvolvimento; que não se pode desconstruir o que foi feito na gestão anterior, mesmo que tenha havido erros, afinal não há gestão perfeita; que espera que o novo concurso ocorra antes do processo eleitoral. O Sr. Ver. Joel da Silva Carvalho disse que não concorda com tudo que o Clênio disse; que ao tratar da “coisa pública” é preciso haver discussões, diferente se for assuntos pessoais; que foi crítico do político Dr. Lucas, que foi o mais caloteiro; que como cidadão e médico nada tem contra ele; que os servidores públicos recebiam a remuneração dividida em 3 (três) parcelas; que reconhece publicamente o que foi feito de bom, como o que foi feito na educação e no esporte; que sobre a arrecadação cada um administra a realidade que tem; que fazendo comparativo o valor arrecadado no passado época também significava muito; que se a Administração não está bem no processo transparência é realmente preciso melhorar; que está aqui também para fazer críticas construtivas; que tem propriedade para falar o que tem sido feito no meio rural; que esta Casa apoia o concurso público realizado pela gestão passada; que tanto o Prefeito anterior quanto os vereadores pagaram um alto preço pelo que houve de errado na gestão no momento das eleições; que esta Administração tem feito muito pelas comunidades rurais, diferente do que foi feito no passado; que o desenvolvimento tem acontecido no município, principalmente o sustentável; que não há notas com pagamento em atraso ou servidores pedindo cestas, porque tudo tem sido feito; que a coisa pública precisa ser discutido, mas a pessoal não. O Sr. Ver. Roberto Margari disse que além de servidor público é cidadão; que o vereador Thiago deve observar que sua defesa foi pelo pedestre, diferentemente dele que não o fez; que defendeu também o direito à acessibilidade e o cidadão; que preserva a vida em primeiro lugar; que o vereador Thiago não se preocupava com a construção civil como tem dito; que na reunião passada mencionou que o Prefeito estava mantendo a alíquota de 2% (dois por cento); que se preocupa em apresentar projetos que alterem o Plano Diretor - PD, que foi votado pelo vereador inclusive sem ser lido; que o PD causa transtornos à população; que o vereador Thiago não deixou projeto de sua autoria ser discutido, impedindo que fosse construído o calçadão da praça Santa Luzia, com o argumento de que o PD não permitia; que suas emendas gerariam R\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de reais) de melhorias na construção civil com direito à moradia digna ao cidadão através de verbas do governo federal liberadas por projetos habitacionais; que o projeto por ele apresentado nem foi colocado para votação pelo vereador Thiago, que dizia ser inconstitucional e ilegal; que todos os dias procura o Prefeito para que sejam feitas as revisões adequadas no PD e que o mesmo seja enviado a esta Casa o que já foi estudado, inclusive junto com as vereadoras Marcilene e Neusa Mendes no COMPUR; que tentaram apresentar várias mudanças no PD, que hoje nem é mais possível serem feitas; que foi um projeto votado pelo vereador, que em nenhum momento se preocupou com a construção civil; que na

defesa pela geração de empregos sugere que possam fazer com que a Administração construa o distrito industrial, o que ajudaria os empresários; que o Prefeito tem se empenhado; que o vereador Thiago impediu a discussão de projetos desta natureza e diz agora que ele tem de defender, mas ele defende os direitos do pedestres; que o vereador Thiago fez, inclusive, Audiência Pública para impedir que seu projeto referente ao calçadão da praça Santa Luzia fosse votado; que tem cobrado mudanças no PD se reunindo com o Prefeito e apresentado Indicações; que o vereador aprovou nesta Casa uma lei impedindo os vereadores de apresentarem emendas; que isso prejudica os construtores de Patrocínio e os que querem ter sua moradia digna; que tudo que disse foi em defesa do pedestre por ser digno respeitar o cidadão idoso, assim como o portador de necessidades especiais; que no que se refere à sua profissão tem formação de técnico de edificação e desenhista público concursado há mais de 30 (trinta) anos na Prefeitura; que trabalha com execução de projetos de construção civil, desdobramentos, anexação, loteamentos, reformas; que tudo necessita de serviços cartorários; que vereadores acusam e tentam colocar a população contra ele; que hoje esteve no cartório juntamente com o vereador Rogério Nelis a fim de regularizar imóvel do bairro Manoel Nunes; que vai até o cartório constantemente para que os projetos das casas estejam registradas, os loteamentos estejam corretos, diferente de como faziam no passado de qualquer jeito; que não responde processos referentes à falcatruas de multas e que tem a oportunidade de trabalhar com respeito ao cidadão patrocinese. O Sr. Ver. Ricardo Balila disse que é procurado pela comunidade todos os dias; que tudo que o Clênio disse é um fato que precisa ser melhorado; que o governo, de fato, tem se preocupado só com o centro; que o prazo da Administração foi curto para fazer tudo que ainda é preciso; que se o vereador tiver recursos financeiros e o funcionalismo em suas mãos atenderiam as reivindicações do Clênio; que sabe o que o governo atual tem feito e entregue; que no governo anterior forem feitas creches com recursos estaduais; que hoje muito do que tem sido feito é com recursos próprios; que a população, de fato, tem passado dificuldades na saúde; que quer que o Prefeito e o Secretário de Saúde visitem o Pronto Socorro para ver a situação e ter possibilidade de dar atendimento humanitário; que não é o atendimento do PS que é ruim; que há caminhos a serem seguidos; que se forem ao MedCenter verão que a espera também será grande; que o governo tem defeitos, mas tem trabalhado em prol da dignidade da população. O Sr. Ver. José de Arimatéia Neves disse que o Clênio exerceu sua cidadania; que o papel do vereador não é elogiar; que a Câmara está sendo processada porque está escondendo ao invés de atualizar informações no Portal da Transparência; que é preciso trabalhar e mostrar; que é preciso investigar; que todos têm direito à informação; que não há nada a esconder e esta Casa precisa ser transparente; que a política nova pede participação efetiva do povo na Administração; que difícil é não ter recursos; que nós temos. O Sr. Ver. Carlos Alberto Silva (Carlão) disse que seu gabinete estava à disposição do Clênio; que convidava todos para a 6ª Edição do Dia das Crianças no bairro Serra Negra no dia 12 de outubro pela manhã. O Sr. Ver. Thiago Malagoli disse que respeita o vereador Margari como cidadão como os demais; que seus comentários foram sobre o “vereador”; que votou favorável à construção civil; que leria parte da fala Ata aprovada nesta reunião quanto ao que o vereador Margari disse o imposto; que gostaria que o vereador lhe explicasse como o imposto sobre de 2% (dois por cento) para 3,3 (três inteiros e três décimos por cento); que o Supremo Tribunal Federal

decidiu que fosse debitado 40% (quarenta por cento) a título de material de construção; que no seu entendimento a conta é feita em cima da base de cálculo, não da alíquota; que ficará mais cara do que quando eram 2% (dois por cento); que o vereador foi favorável a todos os aumentos de impostos, tendo sido também contra o funcionalismo público no primeiro mandato dele; que os imóveis vendidos pela Administração atual tiveram a alienação suspensa em Ação Popular ingressada por alguns vereadores aqui presentes e o dinheiro foi colocado no IPSEM; que até hoje, salvo contrário, não foram votadas emendas ao Plano Diretor, pois se trata de autonomia do Executivo; que enquanto Presidente disse que colocaria para votar o projeto sobre o “calçadão” quando soubesse o que fariam com as pessoas dos trailers de lanches, que estão trabalhando em prol de suas famílias; que não significa que seja contra o “calçadão”; que na época isso não foi prioridade do Executivo; que todos os projetos de prioridade do município foram colocados em pauta; que a Assessoria Jurídica hoje é a mesma de seu mandato; que nunca engavetou projetos ou fez barganhas; que nunca desviou um centavo desta Casa; que tudo o que fez foi por obrigação, não por ser vantagem; que debate como vereador; que o vereador Margari deixa a desejar como parlamentar, mas o respeita como cidadão; que no passado ele votou contra o funcionalismo público e o povo, o que foi refletido nas urnas; que não sabe de emenda trazida pelo vereador para o município; que ninguém fala nada sobre os agentes da zona azul que estão trabalhando de forma inconstitucional em parceria com os agentes de trânsito, tirando fotos e multando; que é preciso educar o motorista ao invés de multá-lo, assim como fazem com os pedestres. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que gostaria que a fala do vereador Margari constasse em ata na íntegra quando o mesmo falou sobre seus deveres na Prefeitura; que sempre foi contra o “calçadão”; que a população também é contra retirar aqueles que trabalham no local. O Sr. Ver. Roberto Margari disse que a ingratidão é dura; que o Prefeito colocou o vereador Thiago nesta Casa como Presidente; que gostaria que ele não mencionasse seu nome novamente; que ele já falou sobre Secretários e agora fala sobre um colega; que ele está remoendo a vida das pessoas; que não responderá; que ele não passa de um “engomadinho de gabinete” humilhando as pessoas; que o Presidente está deixando fazerem o que querem nesta Casa. O Sr. Presidente disse que não permitiria discussão pessoal e declarou, em nome de Deus, encerrada esta reunião, da qual lavrei esta Ata que, lida e julgada conforme, será assinada pelos (as) senhores (as) vereadores (as) presentes. Palácio do Legislativo, Sala das Sessões, em oito de outubro de dois mil e dezenove.

Andréia Côrtes Pereira Queiroz

